

A Sua Excelência  
O Presidente da República Portuguesa  
Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa  
Palácio de Belém  
Calçada da Ajuda, nº 11  
1349-022 Lisboa (Portugal)

Lisboa, 9 de outubro de 2020

n/refª.: 0080/20 DAF

**Assunto: Carta aberta da APIRAC ao Presidente da República Portuguesa**  
**A COVID-19, OS LARES E A VENTILAÇÃO**

Excelentíssimo Senhor

Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa,

Excelência,

No meio de tanta informação e desinformação relativamente à pandemia Covid 19, se existe algo que está comprovado é que a transmissão do contágio tanto se pode dar no ambiente exterior como em espaços fechados.

No entanto, também se comprovou que o contágio nos espaços fechados é cerca de 20 vezes mais provável do que no exterior. Acresce que cerca de 80% do nosso tempo de vida é passado em espaços fechados: as nossas casas, o nosso emprego, as nossas diversões e até muito do nosso desporto.

Importa, assim, analisar de forma simples e racional, o que se pode fazer para que o contágio diminua fortemente no interior desses espaços, coisa que eu esperava que alguém mais conhecedor do que eu o tivesse já feito.

Na ausência de tal informação, decidi arriscar abrir a porta à discussão, com algum conhecimento e que muitos anos de experiência me permitem, sobre a higienização e conforto no interior de edifícios.

Só duas questões se colocam quando encaramos o problema da existência de agentes poluentes no interior dos edifícios, quer sejam agentes físicos, químicos ou microbiológicos, quando se pretenda eliminar ou minimizar a sua ação sobre a saúde dos ocupantes desses edifícios.

Em primeiro lugar, evitar que qualquer poluente penetre nesse espaço, as máscaras, a desinfecção das mãos, filtragem do ar, produtos de higienização, entre outras muitas medidas já desenvolvidas e otimizadas, são exemplos bem conhecidos para esse objetivo.

Relembra-se que no caso do SARS-coV-2, somos nós próprios os portadores do agente infeccioso.

Em segundo lugar, se o agente poluente ou patógeno foi transportado para o interior ou nele se desenvolveu, é necessário anulá-lo ou expulsá-lo rapidamente para o exterior, reduzindo o mais possível o tempo de exposição. Para este efeito, a ventilação e extração do ar do espaço em causa, será um dos métodos mais eficazes e mais económicos de o conseguir.

Soluções focalizadas que até podem conduzir a soluções quase perfeitas, mas que não tenham em conta a sua ação sobre todos os vetores da envolvente, podem constituir grandes trabalhos de investigação, mas raramente são diretamente aplicáveis, quer em termos económicos quer de exequibilidade; como em tudo na vida, a solução de compromisso é incontornável.

Assim, a prática da introdução de ar exterior por sistemas de ventilação/extração em todos os edifícios, seja natural ou forçada, além de obrigatória é fundamental para a saúde, bem-estar e segurança dos seus ocupantes ou utilizadores.

Como em qualquer ciência, e a ventilação não é de todo das mais acessíveis, requer para a sua definição e aplicação o acompanhamento de técnicos com formação adequada para que seja eficiente e garanta os objetivos, mais ainda quando o agente patógeno é tão transmissível como é o caso do SARS-coV-2.

A análise do espaço, das obstruções existentes, do tipo de atividade, do caudal de ar mínimo, do local de entradas e saídas do ar, da eficácia de ventilação, da climatização para evitar choques térmicos,

são alguns dos requisitos a ter em conta na escolha e implementação de um bom sistema de ventilação.

Dirá então Sua Excelência, uma coisa tão simples e ninguém se lembrou disto?

De facto, não há nada de novo nesta redação. Acontece que desde 2006 Portugal tem legislação sobre a qualidade do ar no interior dos edifícios de comércio e serviços e, mais do que isso, pesadas coimas para os infratores que numa primeira fase poderiam ir até ao encerramento do espaço (também aqui Portugal foi o melhor do mundo Senhor Presidente!).

Assim foi durante 7 anos até que a Tutela entendeu em 2013 (sabe-se lá porquê...) que a Qualidade do Ar Interior em edifícios, de forma preventiva, deixaria de ser certificada com auditorias periódicas, passando a ser facultativa, embora se mantivesse o quadro sancionatório forte quando se detetassem problemas (ou seja, se morrer alguém atuamos...).

Dir-me-á ainda, o que tem isto a ver com os lares que titulam este texto? Falo nos lares por motivos óbvios e evidências nesta época, mas o problema é extensivo a todos os edifícios de Comércio e Serviços: Escolas, infantários, serviços públicos, edifícios de escritórios etc...

Mais grave ainda, tantos edifícios que estando apetrechados com sistemas de climatização que englobam a ventilação, estejam inacreditavelmente parados com a desculpa de que gastam muita energia (caso de muitas escolas do Parque Escolar, mas não só).

De forma geral, com honrosas exceções, os lares foram alojados em edifícios de habitação, grandes, médios ou pequenos, sem condições para albergar tantos utentes, nem exigências técnicas mínimas de Qualidade do Ar Interior. O resultado está à vista.

Não quero com isto dizer que a ventilação é o remédio para todas as maleitas. A par de todas as outras medidas de proteção, incluindo as eventuais vacinas, não eliminará o problema, mas reduzirá significativamente a sua perigosidade; decerto que a letalidade teria sido muito inferior.

Por fim, uma palavra de esperança para que, aquando da nova regulamentação para os lares e edifícios afins, que consta estar a ser preparada, a Senhora Ministra da Saúde tenha em conta este humilde texto para bem de todos nós.

Com os melhores cumprimentos,



Fernando Brito

Presidente da Direção da APIRAC - Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente

Sobre a APIRAC:

A APIRAC é uma Associação Patronal, sem fins lucrativos, criada em 1975, que tem por objetivos a defesa e proteção dos interesses dos seus Associados, contribuindo para a adequada estruturação e desenvolvimento do Sector do Frio e da Climatização em Portugal.

Usufruindo de uma ampla base de representação, pois congrega verticalmente toda a cadeia de negócio do Setor, a APIRAC reúne as empresas de projeto e consultoria, de fabrico, importação e distribuição de equipamentos e componentes, de instalação, manutenção, assistência técnica, e ainda as empresas de higiene ambiental e da qualidade do ar interior, facto que, aliado a uma estrutura coesa e dinâmica, lhe tem proporcionado uma boa capacidade de intervenção junto do tecido empresarial e social, contando atualmente com mais de 500 associados, num Setor que emprega cerca de 25.000 postos de trabalho diretos.